

Fim da moratória poderá reduzir deságio no leilão

por Alceo Rizzi

de Salvador

O diretor-presidente do Banco de Tóquio no Brasil, Toshiro Kobayashi, disse ontem, a este jornal, que a decisão do governo brasileiro de suspender a moratória deverá refletir na redução dos índices dos deságios praticados nos leilões de conversão da dívida externa em investimentos de risco no País.

Com a suspensão da moratória e com o acordo assinado ontem, em Washington, entre o ministro da Fazenda Mailson Ferreira da Nóbrega e os bancos credores, Kobayashi acha que o País começa a recuperar sua credibilidade no mercado financeiro internacional, atraindo não apenas dinheiro novo mas também via conversão da dívida em investimento de risco.

A própria posição do governo japonês em relação ao processo deverá mudar com as decisões recentes do governo brasileiro, na opinião de Kobayashi. Os japoneses são credores de cerca de US\$ 10 bilhões da dívida externa e, pelo acordo assinado ontem em Washington, dos US\$ 5,2 bilhões que serão destinados ao País em dinheiro novo, cerca de US\$ 1 bilhão refere-se a recursos do Japão. "O governo autorizou a venda de cerca de US\$ 40 milhões desse total, por meio da conversão", informou o diretor-presidente do Banco de Tóquio.

Do total dos encargos da dívida externa referentes ao ano de 1987 que o governo brasileiro não pagou e que terá de quitar com os credores internacionais para receber o dinheiro novo estipulado no acordo assinado ontem em Washington, os japoneses deverão receber cerca de US\$ 466 milhões.

Esse montante, segundo Kobayashi refere-se aos encargos não pagos durante sete meses, antes de setembro do ano passado, quando o Brasil passou a quitar os serviços da dívida com aquele país em troca de empréstimos-ponte.

Kobayashi acredita que, se confirmada sua previsão de redução dos índices de deságios praticados nos próximos leilões de conversão da dívida externa, o governo japonês deverá adotar uma posição mais flexível, utilizando-se desse mecanismo para abater parte de seu crédito com o País.

Isso, contudo, na opinião de Kobayashi, deverá ocorrer somente depois de concluído o exercício fiscal do Japão em março do próximo ano. "O Japão até agora adotou uma posição conservadora em relação à conversão da dívida brasileira porque ele também tem problemas de déficit e os deságios para os papéis nos leilões eram muito altos. Com o fim da moratória acho que os deságios serão menores e o Japão poderá entrar mais na conversão", comentou o diretor-presidente do Banco de Tóquio.